

ARTIGO

Novo Século, Novo Milênio
INTELECTUAIS E
REPRESENTAÇÕES DO
FUTURO NA PASSAGEM DO
SÉCULO XX PARA O XXI

FLÁVIO RAIMUNDO GIAROLA

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Divinópolis | Minas Gerais | Brasil
flaviogiarola@yahoo.com.br
orcid.org/0000-0003-4053-5248

No final do século XX, a chegada de um novo milênio criou um campo fértil para profecias, previsões e conjecturas sobre o futuro. Neste cenário, em meio a todos os tipos de futurólogos, alguns intelectuais se apresentaram, buscando traçar caminhos mais seguros e confiáveis para o porvir. Neste sentido, nosso artigo analisa três intelectuais (Umberto Eco, Jacques Attali e Eric Hobsbawm) que, naquele momento, tornaram públicas suas projeções sobre o futuro. Nosso objetivo é mostrar como, dentro destes exercícios de previsões, “ontem”, “hoje” e “amanhã” se articulavam numa espécie de enredo no qual o futuro seria o ponto culminante do passado e do presente.

Intelectuais—futuro—representações

ARTICLE

New Century, New Millennium
INTELLECTUALS AND
REPRESENTATIONS OF THE
FUTURE IN THE TRANSITION
FROM THE 20TH TO THE 21ST
CENTURIES

FLÁVIO RAIMUNDO GIAROLA

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Divinópolis | Minas Gerais | Brasil
flaviogiarola@yahoo.com.br
orcid.org/0000-0003-4053-5248

At the end of the 20th century, the arrival of the new millennium created a fertile field for prophecies, predictions and conjectures about the future. In this scenario, in the midst of all types of futurologists, some intellectuals came forward, seeking to trace safer and more reliable paths for the future. In this sense, our article analyzes three intellectuals (Umberto Eco, Jacques Attali and Eric Hobsbawm) who, at that moment, made public their projections about the future. Our objective is to show how, within these forecasting exercises, “yesterday”, “today” and “tomorrow” were articulated in a kind of plot in which the future would be the culmination point of the past and the present.

Intellectuals—future—representations

INTRODUÇÃO

A passagem do primeiro para o segundo milênio, após o nascimento de Jesus Cristo, foi marcada por uma série de simbologias, sobretudo ligadas à ideia da chegada do Juízo Final. Vários foram os discursos e representações produzidos sobre o fim do mundo e calamidades que se seguiriam durante e após a virada do século X para o XI.

Entretanto, a historiografia tem mostrado que, apesar do “terror milenarista” ter sido muito presente no mundo ocidental cristão daquele período, diversos outros significados foram atribuídos àquela efeméride. Como afirma Tom Holland, “falar apenas de ‘terrores’, por exemplo, é ignorar o grau profundo em que, para os infelizes, os pobres e os oprimidos, a expectativa do fim iminente do mundo não era fruto do medo, mas da esperança” (Holland 2014, p. 23).

Vários trabalhos recentes tendem a seguir o mesmo caminho, negando a ideia de pânico generalizado. Marcelo Gleiser sugere que muitos dos relatos da época, que narravam períodos de secas e privações, seguidos pela peste e pelo canibalismo, foram, provavelmente, criados com a intenção de difundir a ideia de fim de mundo (Gleiser 2011, 65).

Embora nós dificilmente cheguemos a saber com certeza o que de fato ocorreu na virada do primeiro milênio, se o evento não provocou o desespero generalizado na população europeia, decerto marcou um período de transição para uma nova era. É possível que as várias mudanças que aconteceram após a virada do milênio tenham sido inspiradas pelo alívio que o adiamento do Fim iminente causou. (Gleiser 2011, 67).

O milenarismo e a crença escatológica no fim sobreviveram ao final do ano 1000, aparecendo esporadicamente em vários períodos da história. “En el transcurso de los siglos, el milenarismo siempre ha sido la esperanza de los pobres de este mundo, esperanza atizada por guerras interminables, por hambres, y por epidemias” (Servier 1969, 17). É equivocado, portanto, pensar as transformações nas concepções de tempo ao longo da história como uma mera substituição de perspectivas religiosas e escatológicas por lógicas racionais e progressistas. Pensamentos sobre o fim do mundo foram preservados ou repensados ao longo da história, convivendo, lado a lado, com as utopias e distopias da ficção científica, ou com os prognósticos futuristas do socialismo ou com as mais recentes análises pessimistas do antropoceno.

É neste ponto que chegamos à passagem do século XX para o século XXI. O final do século e, mais especificamente, o final do milênio impactaram profundamente o imaginário coletivo daquele período. No campo intelectual, por exemplo, o discurso pós-moderno, nos anos 1990, expôs uma sensação de finitude muito característica dos momentos de transição. Jean-Paul Clébert (1926-2011), ao escrever sobre a questão, em 1993, constatou que a palavra “fim” aparecia com grande frequência em diversas obras: fim da História, da política, das ideologias, dos intelectuais, da ciência, da modernidade, do catolicismo (Clébert 1995, 205). Para Clébert, tal fato era o sinal da “emergência de uma profunda agitação e de uma nova transformação do temor milenarista” (Clébert 1995, 195).

Diversos medos, com fundamentação religiosa ou não, conviveram no final do século XX. O historiador Hilário Franco Jr., em artigo publicado na Folha de São Paulo, em 14 de março de 1997, sem citar a fonte, dizia que uma pesquisa realizada em 1995 mostrava que 59% dos americanos acreditavam que o mundo acabaria no ano 2000 (Franco Jr. 1997). Por outro lado, a indústria cultural aproveitou a oportunidade para vender filmes apocalípticos e catastróficos, tais como *Independence Day* (1996), *Asteróide* (1997), *Inferno de Dante* (1997), *Armagedom* (1998), *Impacto Profundo* (1998), alimentando um gênero que seguiu fazendo sucesso nos anos seguintes com *O dia depois de amanhã* (2004), *Fim dos tempos* (2008) e *2012* (2009), apenas para citar alguns. Seitas se destacaram nos jornais e telejornais, como no caso do movimento fundado por Marshall Applewhite, *Heaven's Gate*, que, em 1997, foi responsável pelo suicídio coletivo de 39 pessoas que acreditavam que a terra estava prestes a ser “reciclada”.

Referências ao milenarismo vieram de todos os lados: de um estilista como Paco Rabanni, que publicou o livro *La fin des temps*, em 1999; até as reinterpretações das profecias de Nostradamus (1503-1566), que se popularizaram na década de 1990. De acordo com Clébert, “o homem de hoje deleita-se na releitura das profecias mais negras, ainda que a mais das vezes apócrifas, que confirmam o seu desespero mais pessimista” (Clébert 1995, 201).

Diante destes temores, intelectuais se envolveram na discussão sobre o novo milênio, com algumas características pessimistas dos discursos pós-modernos, mas muito longe dos discursos apocalípticos. Pesquisadores e escritores renomados se apresentaram, espontaneamente ou como convidados, para mostrar suas conjecturas sobre o futuro, de forma a acalmar o público com projeções que se legitimariam pelo discurso científico. Assim, o objetivo deste artigo é analisar alguns discursos intelectuais daquele período com a intenção de trazer à luz determinadas representações sobre o porvir que se mostravam mais presentes naquele momento e, ao mesmo tempo, tentar entender como passado, presente e futuro se articulavam nestas representações.

Necessário dizer que o conceito de intelectual é envolto por um amplo e complexo debate, uma vez que tem um caráter polissêmico, sendo ele mesmo formulado pelos próprios intelectuais. Ainda assim, optamos, para fins deste artigo, pela sistematização feita Norberto Bobbio: “conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de ideias” (Bobbio 1997, 109), que a pouco mais de um século recebem essa denominação. Já Ângela de Castro Gomes sintetiza o conceito como uma categoria socioprofissional de contornos pouco rígidos, ou seja, composta por produtores e mediadores de interpretações da realidade social que possuem grande valor político. Neste sentido, intelectuais seriam “profissionais” da produção de bens simbólicos, essenciais à legitimação dos regimes políticos modernos, cada vez menos afeitos ao uso da força (Gomes 2009, 26). Consideramos que, no final do século XX, a categoria de intelectual ainda era tida como fator importante para o debate público, o que justifica a entrada deste grupo na discussão milenarista.

INTELECTUAIS E REFLEXÕES SOBRE O FUTURO NO FIM DO MILÊNIO

O ano 2000 já vinha sendo uma referência sobre o futuro desde os oitocentos, em obras literárias, no cinema e em livros diversos. Apenas como exemplo, em 1967, os estadunidenses Herman Kahn (1922-1983) e Anthony J. Wiener (1930-2012) buscavam criar uma nova ciência sobre o futuro e, para isso, publicaram um robusto livro intitulado *O ano 2000*. As análises sobre o futuro se baseavam fundamentalmente em questões econômicas e políticas, por serem consideradas, pelos autores, mais fáceis de serem previstas com base nos dados dispostos no presente e no passado.

Com a proximidade do ano 2000, alguns jornalistas e editoras pensaram que os intelectuais seriam os mais gabaritados para fazer aquilo que fora idealizado por Kahn e Wiener: pensar o porvir a partir do “acontecido” e do “acontecendo”. Neste contexto, selecionamos três iniciativas da década de 1990 para analisar neste artigo. A primeira ocorreu em 1998, quando três jornalistas e escritores franceses, Catherine David, Frédéric Lenoir e Jean-Philippe de Tonnac, inspirados pelos vários debates sobre o fim do milênio, resolveram entrevistar quatro iminentes intelectuais daquele período: o paleontólogo Stephen Jay Gould (1941-2002), o historiador Jean Delumeau (1923-2020), o roteirista e escritor Jean-Claude Carrière (1931-2021) e o semiólogo e romancista Umberto Eco (1932-2016). Destas entrevistas, iremos trabalhar com a fala de Umberto Eco, que apresentou mais questões relativas ao futuro. A segunda também é de 1998, com o lançamento de um curioso dicionário sobre o século XXI, escrito pelo economista franco-argelino Jacques Attali, no qual se buscava prever diversas facetas do século que iria se iniciar, passando por questões políticas, econômicas, sociais, ambientais, etc. A terceira, se deu em 1999, ano em que o consagrado historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) deu uma entrevista ao jornalista italiano Antônio Polito, que depois seria publicada como livro. Nos três casos, a intenção era buscar uma abordagem racional para as questões relacionadas ao fim do século e à chegada do novo milênio.

Cada uma das iniciativas acima tem uma especificidade. O conjunto de entrevistas de 1998 foi transformado em um livro com o título *Entrevistas sobre o fim dos tempos*, ou seja, a abordagem sobre o milenarismo era mais direta, na qual os entrevistadores levavam os entrevistados a se posicionarem, constantemente, sobre temas relativos à crença no fim do mundo. Já o dicionário de Attali é uma espécie de misto entre prognósticos e ficção científica. Em outras palavras, ainda que o autor dissesse que suas previsões não seriam baseadas em disparates, mas em análises pautadas em tendências, em muitos verbetes a imaginação do autor parece falar mais alto. Por fim, a entrevista de Hobsbawm sobre o século XXI destaca assuntos relativos à política e à economia. O futuro aparece como parte de um enredo, saído das relações internacionais, da globalização, dos nacionalismos e da política do final do século XX. Por isso, boa parte da entrevista disserta sobre o passado, sobre trabalhos anteriores do autor e sobre conceitos importantes para se entender aquele presente às vésperas da virada do milênio.

Diante desta diversidade, selecionamos temas que transpassam os três casos e que parecem ter sido questões consideradas mais relevantes para o novo milênio. Aspectos importantes do presente, que os intelectuais imaginavam que seriam reproduzidos ou potencializados no futuro. Destacamos, portanto, os temas “tecnologia”, “organização política e social” e “ameaças” como assuntos presentes nas representações de futuro de todos os intelectuais estudados.

Principalmente Hobsbawm e Attali assumem que passado e presente seriam ferramentas importantes para tentar se fazer conjecturas sobre o futuro. Hobsbawm afirmava que a previsão do futuro “deve necessariamente basear-se no conhecimento do passado” (Hobsbawm 2009, 6). Em sua perspectiva, o historiador tem um importante papel nas projeções, uma vez que os acontecimentos do futuro precisam ter alguma relação com o tempo pretérito. Por isso, sua proposta para a entrevista era discutir os problemas da sua atualidade e identificar algumas probabilidades. Já Attali, utilizou a palavra “tendências” para mostrar que os acontecimentos do futuro partem de uma continuidade com o presente. “Tendências muito acentuadas, operando a séculos, se prolongarão” (Attali 2001, 29). O futuro não é uma cisão temporal, mas um ponto de chegada que, por isso, pode ser previsto. Esta percepção é o que levava estes intelectuais a considerarem suas previsões mais legítimas do que a de astrólogos, profetas, videntes e toda uma gama de futurólogos que se propunham a fazer previsões no final do milênio.

A tecnologia aparecia como o ponto cujo traçado, pensavam, podia ser melhor delineado. Desde o século XVIII, tecnologia foi um tema de destaque nas representações de futuro. Segundo Minois, o impacto da revolução galileana e o nascimento da ciência moderna foram determinantes para o surgimento da utopia científica (Minois 2016, 481). A partir daí, mesmo que a tecnologia tenha perdido o seu aspecto encantador, sendo, inclusive, tema para distopias, ela não deixou de ser um aspecto importante a ser levado em consideração ao se falar sobre o amanhã.

Com isso, o desenvolvimento das tecnologias de informação teve amplo destaque nas visões sobre o futuro de Attali. Para o autor, o principal efeito da informática seria o fato de permitir atender ao essencial das exigências sociais sem precisar se locomover: “em muitas profissões, as telecomunicações tornarão possível o trabalho em casa; as redes multimídia permitirão comprar praticamente tudo em casa e efetuar todas as operações bancárias sem ir a uma agência” (Attali 2001, 110). O mundo virtual se tornaria um ambiente com uma lógica própria, no qual se poderia trabalhar, consumir, distrair e fazer amor. Quase tudo seria permitido, devido a um afrouxamento das leis.

A legislação do virtual não poderá ser a mesma do real, pois uma de suas razões de ser é precisamente permitir nele a realização do que é proibido no real: velocidade, guerra, violência, todas as transgressões... Até mesmo a sexualidade deixará de ser alvo dos mesmos tabus. Assim como são permitidos hoje os homicídios virtuais, amanhã será a vez dos estupros virtuais. (Attali 2001, 393-394).

Uma vida paralela à vida real seria vivida neste mundo virtual com normas sociais mais frouxas. Os avatares, chamados pelo escritor de clonimagens, seriam os representantes virtuais do sujeito. Desta forma, Attali vislumbra a ascensão do pós-humano, ou seja, de um embaralhamento entre o que é real e o que é virtual. Esta é uma das dimensões do atualismo defendido por Araújo e Faria:

Vivemos em universos digitais, comemos comidas geneticamente modificadas, utilizamos próteses e fazemos usos de tecnologias reprodutivas. Todas essas dimensões da vida atual embaralham a fronteira do que é e não é humano. Talvez o traço comum seja a mercantilização das dimensões humanas e não humanas da vida atual. (Araújo; Faria 2019, 187-188).

Attali estava reproduzindo um pensamento que já era comum na década de 1990, o de que a computação e a tecnologia da informação, cuja difusão vinha ocorrendo desde a segunda metade do século XX, iria ser a marca do futuro. Este tipo de previsão tinha sido pauta, por exemplo, do trabalho de Adam Shaff (1913-2006), filósofo marxista que, no ano de 1990, buscou fazer um exercício de futurologia ao tentar prever os impactos da informática na política, na sociedade, na economia e na cultura do futuro. Da mesma forma, esta questão foi a base de um dos mais famosos medos coletivos do final do milênio, o *Bug do Milênio*, que causou uma preocupação global com relação a um colapso dos sistemas e serviços dependentes da informática.

Já Hobsbawm, com relação às tecnologias, mantinha a crença na ideia de progresso, sobretudo o tecnológico, apesar de não se arriscar a imaginar quais inovações viriam no futuro. Dizia: “Não vejo nenhum motivo para achar que o progresso tecnológico irá se interromper. Na verdade, creio que irá se acelerar ainda mais” (Hobsbawm 2009, 134).

O efeito mais preocupante da tecnologia, para Hobsbawm, estaria na questão do trabalho, pois ela traria, para o futuro, a insegurança no emprego. O historiador previa uma enorme pressão sobre o trabalhador, uma vez que a tendência seria a busca pela eliminação do fator humano da produção. O desenvolvimento da automação inevitavelmente iria se chocar com a necessidade de trabalho da humanidade, compondo, assim, o principal problema das décadas vindouras.

Ao contrário de Attali, ainda na questão do trabalho, Hobsbawm recusava a ideia do trabalho em casa, que “em parte não passa de propaganda para justificar demissões” (Hobsbawm 2009, 133). Na atividade laboral, portanto, o historiador acreditava que a socialização era, e continuaria sendo, indispensável.

Umberto Eco, por seu turno, chamou a atenção para uma espécie de vício ou dependência do homem moderno diante do tecnológico. O escritor apontou para o fato de a tecnologia ter alcançado o potencial de destruir o planeta e, ainda assim, ninguém estar disposto a abandoná-la. Destacou ainda o fator comercial que tornava a tecnologia descartável: “Veja o exemplo desses dois gravadores (...): foram produzidos para enguiçarem num prazo muito curto, um ano ou dois” (Eco 1999, 203). Por outro lado, se não quebrassem, seriam ultrapassados por modelos atualizados. Eco até aceitava a possibilidade de alteração deste quadro no futuro, uma vez que “o progresso não é linear” (Eco 1999, 203). No entanto, suas falas deixavam subtendida a ideia de que

acreditava mais na continuação da tendência de seu presente do que no contrário.

Os prognósticos destes intelectuais são bem diferentes entre si. Entretanto, uma relação pode ser percebida, um desconforto e uma insegurança com relação aos efeitos da tecnologia no futuro. Ao lado da certeza do seu desenvolvimento, encontram-se questionamentos sobre a dubiedade das suas consequências. O progresso ainda existe, mas é contraditório. Nesta perspectiva, é emblemático o verbete “progresso” do dicionário de Attali:

O viajante estará avançando quando julgar estar recuando; vai-se perdendo quando imaginar que está chegando ao destino; dois pontos que lhe parecerão próximos um do outro estarão na realidade muito afastados; progredir e regredir tornar-se-ão conceitos sem sentido: a expectativa de vida aumentará tão rapidamente quanto os meios de matar; a agricultura vai-se desenvolver paralelamente à fome; a globalização dos mercados acentuará a solidariedade planetária, ao mesmo tempo em que a busca de identidade multiplicará o número de nações-Estados; os meios de comunicação, aprendizado e distração serão tão infinitos quanto as oportunidades de solidão. Será preciso aprender a conviver com a monstruosa concomitância do Bem e do Mal.

(Attali 2001, 329).

Essa dicotomia condiz com a análise de Minois, de que, às vésperas do ano 2000, os homens nunca tiveram a sua disposição tantos meios de predizer, e nunca estiveram tão inseguros quanto ao futuro (Minois 2016, 671). Com tantos caminhos, o progresso seria positivo? Em outras palavras, a noção de progresso de Attali e as dos outros dois intelectuais analisados aqui estão impregnadas do sentimento típico daquilo que foi chamado de pós-modernidade, a incerteza, sem um trajeto seguro para o desenvolvimento e o bem estar que deveria ser proporcionado pela tecnologia. Por isso, o verbete de Attali sobre a modernidade é curto: “definitivamente superada” (Attali 2001, 273).

O progresso é incerto, inseguro e não necessariamente voltado para frente. Não é a inexistência da ideia de progresso que se percebe, mas uma ressignificação do conceito. Para Giddens (1991, 50), uma das características da modernidade é que a equação entre conhecimento e certeza se revelou erroneamente interpretada. Daí que não existe mais certeza sobre os resultados da ciência, nem sobre os caminhos da razão, nem sobre a política ou o meio ambiente, o que permitiu uma dispersão de possibilidades sobre o amanhã. O novo milênio é, assim, tão incerto quanto o presente emergente da chamada pós-modernidade.

Outra questão muito comum em exercícios de futurologia é o imaginário sobre a forma (ou as formas) dos grupos se organizarem política e socialmente no porvir. Os intelectuais analisados não se furtaram deste debate. Na entrevista sobre o fim dos tempos, Umberto Eco foi quem traçou um melhor esquema do que projetava para o futuro. Na conclusão de sua fala, fez vários prognósticos sobre a política e a sociedade cuja palavra-chave era fim: fim da Europa e dos Estados Nacionais, fim da Europa branca, fim da experiência da fraternidade, fim da democracia representativa, fim da ética. Para Eco, a globalização estaria por trás de boa parte destes fins, principalmente o fim dos estados nacionais:

No universo telemático que se instala, duas cidades, por mais afastadas que estejam uma da outra, estão em contato imediato: é assim que se estabelecerão nos quatro cantos da Europa trocas permanentes, comerciais e culturais, bem como redes de cidades associadas, ao passo que a união representada por um Estado Nacional perderá progressivamente sua força (Eco 1999, 230).

Novamente, uma questão muito discutida nos anos 1990, o mundo globalizado, era tida como referência para um futuro cuja marca era a conexão global e o fim das especificidades territoriais.

Hobsbawm também destacou o tema globalização, vista como irreversível e, em muitos aspectos, independente da atuação governamental. Apesar da desigualdade de acesso aos benefícios de um mundo globalizado, as mudanças profundas causadas pela globalização continuariam ao longo do século XXI. Porém, para o historiador inglês, isto não significaria, ao contrário do que pensava Eco, o fim dos estados nacionais: “hoje nos encontramos, e assim permaneceremos ainda por muito tempo, numa situação em que os atores da economia global precisam se submeter às leis e instituições dos atuais sistemas estatais” (Hobsbawm 2009, 80). Por isso, o futuro não seria a vitória do neoliberalismo, mas um campo de conflito entre as instituições nacionais e as organizações supranacionais, em especial as grandes empresas e corporações.

O que fazia Hobsbawm pensar de forma tão diferente de Eco era o peso que cada um dava ao passado na questão dos Estados Nacionais. Hobsbawm valorizava o trajeto ascendente dos nacionalismos desde o século XIX, enquanto Eco estava voltado mais para o seu presente, marcado pela ideia de “aldeia global”. Em suma, o futuro podia ser moldado de forma diferente de acordo com o enfoque temporal de cada autor.

Outro ponto considerado problemático para a sociedade do futuro seria a imigração. Neste aspecto os dois intelectuais tendiam a concordar. Para Eco, a Europa do futuro seria “colorida”, ou seja, a convivência de pessoas de diversas regiões levaria ao fim da Europa branca (Eco 1999, 230). Já para Hobsbawm, a questão da imigração geraria tensões, uma vez que haveria uma pressão dos países com alta taxa de natalidade para os países ricos. Diante disto, a reação dos países receptores seria a recusa do imigrante, o que resultaria em conflitos sociais. Para o historiador britânico, o principal efeito disto seria a criação de dois grupos distintos, um desfrutando de plena cidadania e de todos os direitos e outro, composto por estrangeiros, vivendo como cidadãos de segunda classe. Ao mesmo tempo, ocorreria o aumento do racismo, já que o grande fluxo migratório viria de regiões pobres, em sua maioria compostas por pessoas não brancas.

Attali, por seu turno, tem sua concepção de futuro muito pautada na ideia de nomadismo urbano, segundo a qual tudo se tornaria móvel. Com base nas migrações de trabalhadores, nos refugiados políticos, no êxodo rural e nas mudanças das classes altas, Attali concluía que “dentro de trinta anos, pelo menos um décimo da humanidade será nômade – de luxo ou de miséria. Cada vez mais desenraizados, haveremos de sê-lo como cidadãos, consumidores, conjugues e trabalhadores” (Attali 2001, 286). Haveria três tipos de nômades: os de luxo, das classes altas (chamadas por ele de hiperclasse); os de miséria, forçados a migrarem; e os virtuais, pessoas sedentárias, fechadas em suas casas, mas migrantes no mundo virtual.

Dentro destas possibilidades de futuro dos intelectuais estudados, nas quais a imobilidade se tornaria ultrapassada, o crescimento da população seria outro problema. Para Eco, a solução era a adoção global do modelo chinês, de apenas um filho por família. Para Hobsbawm, este crescimento seria desigual, com países ricos tendo uma queda na taxa demográfica e países pobres mantendo a taxa ascendente, o que resultaria nos problemas da imigração, já citados. Para Attali, haveria um período de crescimento, seguido de uma estabilidade, acompanhada de um envelhecimento da sociedade (Attali 2001, 130).

Pensar a imigração e o crescimento demográfico no futuro era o mesmo que pensar o ritmo acelerado do crescimento de estrangeiros que procuravam a Europa como refúgio desde os anos 1980 e o desenfreado aumento da população global. De novo, presente e passado se encontravam com o futuro para avaliar o novo século. Neste ponto, cabe questionar a afirmação de Hartog de que, na sociedade dos anos 1990, considerada presentista pelo autor, passado e futuro perdem seu caráter modelador das experiências temporais, em virtude de uma hegemonia do presente, ou seja, uma sociedade marcada por um “presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico” (Hartog 2013, 39). Temos consciência que nossa análise foca em um número pequeno de casos, insuficiente para fazer qualquer afirmação segura sobre a validade ou não do regime de historicidade proposto por Hartog. Todavia, a constante mobilização de passado, presente e futuro feita por Hobsbawm, Attali e Eco, chama a atenção ao menos para o quão complexo é o debate. Se, conforme afirma Francine Iegelski (2016), no regime de historicidade presentista, o futuro teria perdido o poder de inteligibilidade que havia ganhado no regime de historicidade moderno; os intelectuais estudados e o próprio clima do final do milênio, marcado por diversos sentimentos relativos ao porvir, parecem mostrar o contrário: uma popularização do imaginário sobre o futuro, acompanhado do uso do presente e do passado para se entender a lógica temporal.

Voltando às representações de futuro dos intelectuais analisados, Umberto Eco também profetizou o fim da democracia. Em um mundo global,

será eleito um chefe escolhido por suas qualidades midiáticas; grupos muito poderosos apoiarão um candidato que terá exatamente as mesmas qualidades e o mesmo programa político que o candidato contrário; a escolha dos cidadãos (motivada pelas exigências ligadas à sociedade do espetáculo e não por uma escolha política) se torna assim uma formalidade que não decide nada (pequena suspeita: já chegamos a isso) (Eco 1999, 231).

Citando o trabalho de Andrew Keen, Araújo e Pereira mostram que a política, em uma sociedade atualista, é marcada pelo fato de as tecnologias do social explorarem “a paixão do homem moderno pela autoexibição, associando exposição a valor social”. (Araújo; Pereira 2019, 193). Neste contexto, a partir da influência crescente dos meios de comunicação, Eco pensa um futuro no qual a mídia seria preponderante para as escolhas políticas, sobressaindo-se o candidato mais popular. O escritor ainda não imaginava os impactos que redes sociais como o Facebook, o Youtuber, o Twitter e o Instagram teriam para criar e destruir popularidades; porém, podemos associar o papel destas grandes

empresas de redes sociais de hoje ao dos “grupos muito poderosos” destacados por ele.

Além disso, Umberto Eco já se preocupava com os efeitos de uma infinidade de informações vindas da Web. Segundo ele, para os mais pobres intelectualmente a seleção e a interpretação de informações não seriam fatores subjetivos, mas impostos de cima para baixo. Os ricos intelectualmente, ao contrário, seriam os mais beneficiados, por serem capazes de manter uma discriminação crítica. “Parte-se para uma nova divisão de classes, não mais fundada no dinheiro mas na capacidade de exercer seu espírito crítico e selecionar a informação” (Eco 1999, 191). Portanto, esta sociedade midiática seria beneficiada por uma capacidade gigantesca de estocar a memória e, ao mesmo tempo, teria uma capacidade limitada, ao menos para a maioria da população, de filtrar a quantidade excessiva de referências advindas das redes de comunicação.

Attali, por sua vez, acreditava que o futuro da democracia não seria muito promissor. “Ninguém desejará realmente estendê-la à gestão da comunidade” (Attali 2001, 127), ou seja, haveria resistência da democracia à globalização. Além disto, as tecnologias de comunicação, ao levarem a sociedade para as redes, faria com que o poder não fosse mais localizável. Por fim, o território não seria mais um espaço de soberania, os partidos ficariam desacreditados e todas as formas de solidariedade tornar-se-iam quase impossíveis de concretizar. O mercado também enfraqueceria a democracia, por ter meios para tomar as decisões a partir do financiamento de intermediários. O risco, para o autor, é da possibilidade de surgir, no futuro, um desinteresse generalizado pela política, com fortes chances de sobressaltos autoritários e da conseqüente ascensão de ditaduras. “Partidos se intrometerão na democracia para destruí-la. Totalitarismos tomarão democraticamente o poder, para não mais entregá-lo” (Attali 2002, 129).

Hobsbawm acreditava que seria impensável uma política globalizada: “atualmente, é simplesmente inexistente a possibilidade de que uma única autoridade global desempenhe um papel político e militar efetivo” (Hobsbawm 2009, 46). O historiador, como Eco, também se preocupava com a qualidade dos líderes do final do século XX e do novo século. Para ele, o problema do voto direto é sua tendência a eleger líderes cujas qualidades não são necessariamente aquelas necessárias para exercer a função que irá ocupar.

A terceira categoria que apontamos como marcante nas análises de futuro dos intelectuais estudados é a das eventuais ameaças à humanidade. Neste ponto, podemos concordar com Hartog, que acredita que a crise na ideia de progresso (no caso dos intelectuais analisados, a resignificação desta ideia) e o medo diante do perigo de novas tecnologias geraram preocupações nos anos 1990. “Aos temores diante das ameaças de modificações irreversíveis do meio ambiente se acrescentam aqueles suscitados pelas biotecnologias” (Hartog 2013, 254).

É por isto que é nesta categoria que estão os verbetes mais pessimistas do dicionário de Attali. No verbete “catástrofes”, as possibilidades de desastres são, em sua maior parte, ligadas à questão ambiental:

É longa a lista dos desastres possíveis: uma guerra nuclear, biológica ou química; um terremoto sobre uma megalópole; um acidente industrial poluindo uma aglomeração; um avião de mil lugares caindo numa central nuclear, etc. Outros, ligados às mudanças do clima: desaparecimento das florestas tropicais; violentas tempestades arrasando a Índia ou o Sul dos Estados Unidos; o deserto alcançando o sul da Espanha e a Sicília; o desaparecimento do delta do Nilo; o afundamento do arquipélago das Maldivas; Bangladesh inundada; o derretimento das geleiras árticas, etc. E outros ainda, a causas extraterrestres: queda de um meteorito. E mais outros... (Attali 2001, 92-93)

O medo diante de um futuro não tão otimista segue em outros verbetes. No verbete “clima”, profetizava-se o já esperado aquecimento do planeta (Attali 2001, 106-107). No verbete “epidemia”, a proliferação de doenças mortíferas era esperada por conta do nomadismo, da destruição das “reservas ecológicas protetoras de determinadas espécies” e da desigualdade social (Attali 2001, 155).

No verbete “guerra”, esperava-se que a mundialização da democracia e do mercado instaurasse a paz entre as pequenas potências e que o medo da arma nuclear impedisse a guerra entre as grandes. Mesmo assim, a possibilidade de conflitos não estava descartada. Attali acreditava que as guerras do século XXI ocorreriam por conta de três motivos principais: disputa por fronteiras entre as civilizações, entre grupos rivais no interior de uma civilização e pelo controle de recursos escassos (Attali 2001, 204-206).

Em contrapartida, o verbete “meteorito”, mostrava uma esperança de que o uso das tecnologias poderia combater possíveis ameaças vindas do espaço, através de uma rede de satélites e da constante vigilância que colocaria uma série de armas nucleares prontas para combater qualquer corpo celeste ameaçador (Attali 2001, 268).

Hobsbawm, por sua vez, pensava que a geopolítica do século XXI não seria marcada por uma guerra mundial enquanto os Estados Unidos se mantivessem como única superpotência, apesar de considerar que a ascensão da China ou de algum novo protagonista global pudesse reverter este quadro. O uso de armas nucleares não estava descartado, já que a própria existência das mesmas e o desenvolvimento tecnológico permitiam que fossem opções em um eventual conflito. Por outro lado, ainda haveria a continuidade das guerras convencionais em territórios já marcados por confrontos bélicos, tais como o Sul da Ásia e o Oriente Médio.

Para Hobsbawm, a questão ambiental era tida como um problema não de reversão, mas de adaptação. O historiador partia da ideia de que o ambiente já estava irreparavelmente alterado. Ao longo do tempo, a degradação ambiental foi um fenômeno constante, que modificou as paisagens naturais em benefício da agricultura, da indústria e da urbanização. Desta forma, o resultado foi a transformação da maior parte das paisagens globais em artefato humano. Assim, a intervenção no meio ambiente era vista como um fato que deveria ser aceito:

Pois bem, creio que, no século XXI, precisamos aprender a ver grandes partes do mundo tal como de fato são: ambientes semiartificiais. Por exemplo, estamos descobrindo que os subúrbios residenciais, essas aglomerações de casas de famílias nucleares dotadas de jardins, tão comuns na Grã-Bretanha e na América do Norte, constituem um ambiente propício aos animais selvagens. Talvez os subúrbios sejam o melhor ambiente possível para os pássaros. Existem mais pássaros nos subúrbios das cidades britânicas do que nas áreas rurais, onde são aniquilados pelos fertilizantes. Em suma, devemos meter na cabeça que alterar a face da Terra não é algo que necessariamente leva a um desastre total. O meio ambiente pode ser modificado horizontalmente, e não apenas por drásticas oscilações verticais entre o bom e o ruim (Hobsbawm 2009, 163).

Já Umberto Eco ligava a questão da sobrevivência da humanidade à necessidade de uma posição crítica diante da tecnologia e da economia. O intelectual não vislumbrava a possibilidade de uma guerra nuclear, pois acreditava que a mesma não seria rentável. Entretanto, a atividade industrial, que “ameaça nossos equilíbrios ecológicos” (Eco 1999, 202), era um problema, pois tinha o incentivo dos poderosos. “A destruição do planeta não seria a priori um ato voluntário, mas uma consequência trágica de nossa maneira de transformar a natureza sem negociar com ela” (Eco 1999, 202).

Voltando à questão da substituição compulsória dos gravadores, que já nos referimos anteriormente, Eco acreditava que a solução para o futuro passaria pela volta ao passado:

Afinal de contas, faz menos de cinquenta anos que começou a grassar essa loucura do objeto novo. Pode-se pensar que nos tornaremos pouco a pouco uma civilização menos dispendiosa. Não é fatal que a tendência atual continue. Veja só, voltamos a uma de suas questões precedentes: devemos aceitar que o progresso não é linear. (Eco 1999, 205)

Portanto, novamente voltamos à questão do progresso ressignificado de Eco, como forma de salvar o porvir. O caminho para este progresso seria o retorno a um ponto anterior, não um percurso pré-estabelecido em direção ao constante aperfeiçoamento. É um progresso para trás, que permitiria a correção dos desvios do presente.

A preocupação dos intelectuais analisados com ameaças que poderiam impactar futuramente na vida do ser humano são reflexos de uma tendência iniciada ainda na Primeira Guerra Mundial, mas que tomou um enorme impulso com as bombas em Hiroshima e Nagasaki. Durante a Guerra Fria, o temor diante do futuro se centrou na questão do apocalipse nuclear. Novas possibilidades trágicas foram surgindo e, no fim do milênio, a questão ambiental era a que estava mais em evidência. Daí a busca de alternativas, seja na tecnologia, de Attali, na adaptação, de Hobsbawm, ou na reversão do progresso, de Eco.

Pensar o futuro, no final do milênio, envolvia, para os intelectuais estudados, analisar o passado e o presente, buscando traçar o mapa do século XXI. O futuro só poderia ser entendido a partir de outras temporalidades, o que, para estes intelectuais, seria, inclusive, a garantia da legitimidade de suas projeções. Mesmo que suas previsões tivessem propostas diversas sobre o porvir, é possível afirmar que, para todos eles, o futuro traria a vitória da informática, conflitos entre globalização e estados nacionais e perigos para serem confrontados, principalmente, na questão ambiental. Em outras palavras, eram os problemas do passado e do presente que definiriam o cenário no qual o futuro se desenrolaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhamos, neste artigo, com fragmentos de representações, que estão longe de condensarem todo o imaginário sobre o futuro entre os intelectuais do final do milênio. No entanto, os discursos dos três autores analisados aqui, distantes dos delírios milenaristas, mostravam que a humanidade sobreviveria ao ano 2000 e teria um futuro, cujos contornos seriam dados pelo presente e pelo passado.

Desta forma, as temporalidades se conectavam nos debates. O passado aparece como um apêndice do presente, cenário no qual o hoje dos intelectuais foi construído. O presente, por outro lado, é o ponto de partida para o futuro, local de onde se analisa as tendências e se propõe as mudanças, continuidades e evoluções. Assim, “tecnologia”, “mudanças políticas e sociais” e as “ameaças iminentes” eram categorias que, no final do milênio, podiam ser mais seguramente imaginadas no futuro com base nas manifestações do presente e do passado.

Não convém, neste texto, nos aprofundarmos no debate entre atualismo e presentismo.¹ Todavia, é possível perceber informações importantes sobre os dois conceitos nos intelectuais analisados. Mesmo que superficiais, concepções atualistas aparecem nestes autores, sobretudo nas representações de Attali sobre o futuro. Elas estão, principalmente, na proposta de uma sociedade futura mais informatizada, virtualizada e tecnológica. Por outro lado, se, como já apontamos, a forma como os autores estudados jogam com presente, passado e futuro permite questionar alguns paradigmas do presentismo de Hartog; por outro, podemos notar vários momentos de pessimismo diante do porvir, o que é destacado pelo autor

¹ O conceito de presentismo de Hartog tem recebido algumas críticas, entre elas, as dos autores que defendem a ideia de que vivemos em uma sociedade atualista. Segundo Araújo e Faria, “um dos problemas da reflexão sobre o presentismo ou o presente amplo é não estar suficientemente atenta a essas diferentes formas de presente, em especial para o fato de que qualquer presente conterà em si formas específicas de passado e futuro” (2019, 222). Assim, utilizam o conceito de atualização e a hipótese atualista para pensar uma forma do presente que enfatiza as temporalizações impróprias, que vão se tornando predominantes na era digital. Para estes autores, nosso presente não precisa ser pensado apenas como presente alargado, ou como um presente sem futuro, mas como uma forma de temporalização assentada em um modo específico do presente articular futuro e passado, chamada de atualismo. “Assim, acreditamos que deveríamos pensar em nossa situação contemporânea não por uma afirmação negativa, como sem futuro, com futuro fechado ou, ainda, de um futuro presentista (e mesmo de um passado presentista visto apenas a partir de um presente estendido), mas com um tipo particular de futuro” (2019, 222-223).

francês como marca de seu regime de historicidade presentista. Se não resolvem o debate, as representações analisadas pelo menos destacam sua complexidade, mostrando que muito ainda tem para ser discutido sobre as relações ente passado, presente e futuro na contemporaneidade.

O que podemos afirmar com segurança é que os três autores estudados se inserem numa “onda” milenarista do final do século XX, que mostrou uma demanda por profecias e previsões sobre o século vindouro. Suas concepções acalmavam os corações mais pessimistas que temiam um fim do mundo no limiar do novo milênio, mas, ao mesmo tempo, mostravam preocupações com o futuro, ameaçado pela crise ambiental, pelo crescimento e onipresença da internet, pela globalização, pela crise da democracia, entre outras. Passado e presente, assim, expunham os problemas, cujas soluções, ou não, estariam no futuro.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Vitória: Editora Milfontes/ Mariana: Editora da SBTHH, 2019.
- ATTALI, Jacques. *Dicionário do século XXI*. Tradução de Clóvis Marques. Record: Rio de Janeiro, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- DAVID, Catherine; LENOIR, Frédéric; TONNAC, Jean-Philippe de. *Entrevistas sobre o fim dos tempos*. Tradução: José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- CLEBERT, Jean Paul. *História do Fim do Mundo*. Tradução de Jorge Pinheiro. Sintra: Publicações Europa-América, 1995.
- ECO, Humberto. Para todos os fins úteis. In: DAVID, Catherine; LENOIR, Frédéric; TONNAC, Jean-Philippe de. *Entrevistas sobre o fim dos tempos*. Tradução: José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- FRANCO JR. Hilário. O fim do mundo. In: *Folha de São Paulo*, 14 de mar. 1997. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/3/14/caderno_especial/16.html. Acesso em 09/05/2022
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GLEISER, Marcelo. *O fim da terra e do céu: o apocalipse na ciência e na religião*. Companhia das Letras: São Paulo, 2011.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. *O Novo Século: entrevista a Antônio Polito*. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HOLLAND, Tom. *Milênio: a construção da cristandade e o medo da chegada do ano 1000 na Europa*. Tradução de Alexandre Martins. Record: Rio de Janeiro, 2014.
- IEGELSKI, Francine. Resfriamento das sociedades quentes? – Crítica da modernidade, História Intelectual, História Política. *Revista de História*, n. 175, p. 385-414, 2016.
- KAHN, Herman; WIENER, Anthony J.. *O ano 2000*. Tradução de Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

- MINOIS, Georges. *História do futuro: dos profetas à prospectiva*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2016.
- NICOLAZZI, Fernando. A História entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões e Debates*, Vol. 53, n.2, p.229-257, 2010.
- SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática: as conseqüências sociais na segunda revolução industrial*. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Brasiliense, 1995.
- SERVIER, Jean. *Historia de la utopia*. Monte Avila: Venezuela, 1969.

Novo Século, Novo Milênio
Intelectuais e Representações Do Futuro Na Passagem do Século XX Para O XXI
Artigo recebido em 23/05/2022 • Aceito em 27/10/2022
DOI | doi.org/10.5216/rth.v25i2.72861
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado